

As transformações sócio-políticas contemporâneas como problema: approach e perspectiva

Alessandro André Leme *

Resumo

O conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas ocorridas conjuntamente com as mudanças e inovações tecnológicas, científicas e de comunicações dos últimos 40 anos, têm produzido, por um lado, novas formas de sociabilidade, integração e conflitos sociais, seja na esfera cotidiana ou nas instituições que surgem como desafios contemporâneos nos Estados e Sociedades na atualidade em países do Norte ou do Sul. Por outro lado, nos evidencia a necessidade de se produzir ou resignificar novas interpretações sobre essas mudanças. Desse modo, a universalidade deixa de ter valor, seja nas práticas cotidianas, no mercado financeirizado ou nas políticas de orientações neoliberais no âmbito dos Estados e/ou de condutas e crenças neoliberais nas ações e agências dos indivíduos na sociedade. Deste processo, cabe a indagação de como produzir narrativas de maneira a competir e disputar as práticas sociais (políticas, econômicas e simbólicas) com esta complexidade caleidoscópica que vemos na contemporaneidade.

Palavras-Chaves

Transformações contemporâneas; Globalização; Neoliberalismo; Teoria Social.

Abstract

The set of social, political, economic, cultural and symbolic transformations that have taken place along with the technological, scientific and communications changes and

* Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: alessandro_leme@id.uff.br; lemeaa@gmail.com

innovations of the last 40 years have produced, on the one hand, new forms of sociability, integration and social conflicts, the daily sphere or in the institutions that appear as contemporary challenges in the states and societies nowadays in countries of the North or South. On the other hand, it shows us the necessity to produce or to resignify new interpretations on these changes. In this way, universality ceases to have value, either in everyday practices, in the financial market or in the policies of neoliberal orientations within states and / or neoliberal conduct and beliefs in the actions and agencies of individuals in society. From this process, it is the question of how to produce narratives in order to compete and to dispute the social practices (political, economic and symbolic) with this kaleidoscopic complexity that we see in contemporaneity.

Keywords

Contemporary transformations; Globalization; Neoliberalism; Social Theory.

A Cidadania como problema teórico: Estado e sociedade em relação

A discussão sobre a cidadania como conceito e/ou categoria sociológica nos interessa a partir do recorte histórico onde os principais fatos e fenômenos sociais ocorreram para surgimento a afirmação do Estado Moderno. Nos referimos aos acontecimentos que começam no renascimento, passam pelas teorias contratuais, dos direitos naturais, por um conjunto de transformações nos Estados europeus, pelo Iluminismo, pela Revolução Francesa. Ou seja, marca um processo histórico de afirmação do indivíduo enquanto componente central de análise e de prática, de direitos e a principal relação desse indivíduo na vida em sociedade é a compreensão da igualdade entre os diversos membros que compõem uma determinada sociedade, sobre um tipo particular de organização do Poder, do Governo e do Estado em geral.

Para Arendt (2007) a questão central no debate é a questão da igualdade, todavia, para a autora os homens não nascem iguais, eles tornam-se iguais como membros de uma mesma coletividade em função de uma decisão conjunta que garante os direitos iguais a

todos os membros. Neste sentido, a igualdade não é um dado, é uma construção elaborada convencionalmente pelos homens, enquanto cidadãos, enquanto comunidade política. O Estado de Direito passa a ser o Estado do Cidadão.

Marshall (1967) está preocupado com os processos de mudança social e seus efeitos sobre as instituições e os valores políticos. Para tal utiliza-se da contextualização desses processos em termos históricos (contexto) e de análise comparativas. O interesse maior do autor está nas transformações e inovações tecnológicas e nas mudanças de estrutura social e seus respectivos impactos sobre as normas e os valores sociais e consequentemente volta-se para a análise dos efeitos dessas mudanças, principalmente pela produção de novos valores sobre as instituições existentes.

A construção de Marshall foge das duas interpretações dominantes à sua época. A primeira com base em Tocqueville afirmava o triunfo da igualdade por meio do Estado onipotente e onibeneficente, ou seja, as contradições entre desenvolvimento econômico, distribuição da riqueza (recursos materiais) e as desigualdades sociais (em geral) seriam resolvidas no âmbito da política, do Estado.

A segunda, vinculada a Marx, evidencia que o caminho para superação das contradições entre o Capital e o Trabalho, que as desigualdades na distribuição dos recursos seriam resolvidas via tomada de consciência do proletariado organizado politicamente em classes sociais visando interesses materiais.

Alguns dos problemas ou reflexões que Marshall põe para si se referem a reestruturação dos estratos sociais, a implantação de novos valores sociais e de novos padrões de comportamento, a formulação de novas identificações políticas e a incorporação de novos grupos sociais no sistema político e, por fim, uma nova legitimidade política. É importante reforçar de do ponto de vista teórico o autor visa tratar a problemática da cidadania, das classes sociais e do status, enfim, dos processos sociais, seus dinamismos e transformações por meio de uma abordagem de “teoria de médio alcance”. Ou seja, não centra nem no polo estritamente estrutural e nem no polo centrado nas motivações e sentidos das ações, visa criar elementos e conceitos para se necessário transitar entre ambas, porém sem as pretensões teóricas que ambas almejam.

É por meio do conceito de cidadania que o autor começa suas discussões. A cidadania seria o fator de mediação entre a interação crescente entre igualdade política e

a crescente desigualdade econômica, onde a igualdade política através de políticas sociais tende a modificar as desigualdades econômicas.

Alguns autores marxistas tendem a olhar para o conceito de cidadania como uma categoria menor, com pouca capacidade e alcance analítico uma vez em que ela não influi nas transformações das estruturas sociais, ou seja, a cidadania seria um conceito formal de igualdade em uma sociedade capitalista marcada pelas desigualdades econômicas e sociais, principalmente com relação aos meios de produção.

Todavia há outras leituras também críticas que vem o conceito de cidadania da forma com que apresentado por Marshall como uma construção dialética onde as conquistas e afirmações de direitos seriam resultado de embates e lutas históricas de grupos e/ou classes sociais organizadas na sociedade civil. Ou seja, os direitos civis, políticos e sociais não seriam fruto do desejo espontâneo do Estado, dos governantes, mas sim resultado de muita luta e pressão.

Giddens (2001), por sua vez, entende que Marshall descreveu um cenário de equilíbrio entre os efeitos desarmonizadores das desigualdades entre as classes sociais e as consequências integrativas dos direitos de cidadania. Ou seja, desenvolve uma ideia de desenvolvimento progressivo da cidadania. Neste sentido o trabalho do autor seria simultaneamente uma crítica a Marx e a tradição marxista focada na violência, na revolução comunista e uma defesa do socialismo reformista. É por isto que não via nos conflitos de classes a principal força de transformação social.

Marshall (1967) entende e aceita, tal qual como Weber, que as desigualdades de classes seriam um elemento intrínseco da sociedade industrial. A divisão de classes seria apenas uma dimensão da sociedade, não sua completude. Os ganhos da incorporação e do fortalecimento da cidadania no âmbito do Estado demonstraria que a comunidade nacional e os seus respectivos padrões de integração de envolvimento são maiores quantitativa e qualitativamente as classes sociais. Uma das questões centrais posta aqui é a dimensão da igualdade básica.

Marshall (1967) desenvolve o conceito de cidadania vinculado ao desenvolvimento histórico, por isto o autor divide o conceito em três partes – direito civil, direito político e direito social –. A construção conceitual do autor é menos por processos lógicos e mais pelo próprio desenvolvimento da história.

O direito civil ou elemento é composto pelos direitos necessários à liberdade individual (de ir e vir; de imprensa; pensamento e fé), mas também pelos direitos de propriedade, de estabelecer contratos válidos e de direito a justiça. Por direito a justiça o autor entende pela capacidade de se defender e ao mesmo tempo afirmar os direitos em termos de igualdade com os outros via o encaminhamento processual, ou seja, as normas e as penas (institucionalidade e burocratização uma vez em que é um processo formal e racional).

O direito político se refere ao direito de participar no exercício do poder político, seja como membro investido de autoridade política ou como eleitor livre para escolher seus representantes. As principais instituições presentes ou vinculadas a esse direito é o Parlamento, os conselhos do Governo e demais instituições vinculadas ao exercício do Poder Político no âmbito do Estado.

O direito social se refere a todos os direitos necessários a um mínimo de bem-estar econômico e social. Também faz parte desse direito a segurança e garantia de participar da herança social de uma determinada sociedade, ou seja, levar uma vida “civilizada” de acordo com os padrões prevalecente na sociedade. As principais instituições ligadas e ele são o sistema educacional e os demais serviços sociais (dentre eles o de previdência, saúde, habitação e etc.).

Marshall (1967) é um dos autores que evidencia a constituição da cidadania na Inglaterra dentro de processos históricos ocorridos em espaços temporais diferenciados. Para tal análise, o autor divide a cidadania em direitos de primeira geração (civil e político) e de segunda geração (sociais).

No caso Inglês, a divisão da cidadania apresentou-se no seguinte arranjo: os direitos civis foram conquistados no século XVIII e abrangiam os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, direito à vida (concepção liberal clássica). Os direitos políticos foram conquistados no século XIX e diziam respeito à liberdade de associação, de organização política e sindical, sufrágio universal dentre outras e os direitos sociais econômicos e creditícios foram conquistados no século XX e abrangeram os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria e etc. São justamente os direitos sociais que tornam real (material) o direito formal (institucional) (Marshall, 1967).

No caso brasileiro, a cidadania é bem mais recente e - se for dividida em direitos de primeira e segundo geração, como o fez Marshall na Inglaterra – não apresentará a

mesma linearidade histórica das conquistas dos direitos. No Brasil, os direitos civis, políticos e sociais se constituíram de forma muito mais difusa. Além do mais, essa divisão da cidadania entre direitos civis, políticos e sociais é muito mais uma divisão metodológica para o entendimento de como a cidadania constitui-se na história do que uma divisão em si, ou seja, não há como pensar a existência de um cidadão que simultaneamente não tenha incorporado culturalmente e garantido institucionalmente os direitos civis, políticos e sociais.

Marshall (1967) ao inferir que a igualdade é fundamento central para a compreensão da cidadania afere que o pertencimento a uma determinada comunidade política é marcado por um conjunto de direitos e deveres, além de inúmeras instituições. Neste sentido a cidadania não é monolítica, estática, ela é constituída por diferentes tipos de direitos e de instituições, ou seja, é produto de diferentes histórias sociais protagonizadas por diversos grupos sociais, seja em conflitos ou cooperação.

Ao definir a cidadania em direitos civis, políticos e sociais e vinculá-la diretamente ao Estado Marshall, ainda que crítico a redução do debate as classes sociais acabaram integrando na análise a cidadania e a classe social. Isto porque no entendimento do autor a dimensão dos direitos sociais provocaria um fortalecimento do Estado e a dimensão dos direitos civis e políticos contribuíam para a lógica de mercado. Com isto a cidadania em sua completude gerou um maior equilíbrio entre o Estado e o Mercado, principalmente pelas pressões e lutas sociais e de classe presentes na conquista dos direitos sociais.

Neste sentido, ainda que as classes sociais não tenham conseguido romper com o capitalismo, foram essenciais para as transformações progressistas no interior do capitalismo. Ou seja, a cidadania social seria resultado de um processo dialético entre as pressões e demandas sociais e as concessões realizadas pelo Estado.

Marshall (1967) apresenta algumas considerações finais interessantes sobre a questão da cidadania. Para tal o autor apresenta a combinação de três fatores presentes no seu estudo/análise. O primeiro é a compreensão da escala de distribuição da renda, principalmente entre os estaremos da estratificação, das classes sociais. Em segundo lugar é a ampliação das áreas de cultura e experimentação comum de uma sociedade. Em terceiro é a universalização do status de cidadania convivendo lado a lado com as diferenças de status decorrentes da educação e da ocupação.

Marshall (1967) pondera que há um conflito latente entre o movimento de ampliação da cidadania e a preservação de algumas desigualdades econômicas. Por outro lado, também vê limites à busca da igualdade total, seja pelas imposições do sistema econômico ou da própria cidadania.

Apesar dos conflitos latentes entre a busca da igualdade via ampliação da cidadania e a manutenção de um sistema econômico gerador de desigualdades característica das economias de mercado. Marshall entende que está tensão entre coletivização de direitos sociais e a lógica da economia de mercado é desejável e necessária ao capitalismo vigente/atual. Este talvez seja um dos aspectos mais relevantes da abordagem do autor para tratar a questão da cidadania nas sociedades atuais.

Para Foucault (2013) o desenvolvimento da cidadania está associado ao da subjetividade. A cidadania sem a subjetividade leva a normalização, ou seja, a forma moderna de dominação cuja eficácia está na identificação dos sujeitos com os poderes-saberes que neles são exercidos. Os múltiplos fracionamentos da subjetividade (família, escola, hospital, profissões e prisões, por exemplo) são fundamentais para reconstituir a unidade do indivíduo identificado com as exigências da dominação disciplinar.

Foucault evidencia que não há tensão entre subjetividade e cidadania, isto porque a cidadania é a institucionalização das disciplinas e a subjetividade seria a face individual deste processo de normalização. O sujeito e o cidadão seriam produtos manufacturados pelos poderes-saberes das disciplinas. É com base nisto que Foucault se recusa a atribuir ao Estado um lugar central no processo histórico de dominação.

Neste sentido a cidadania seria muito mais um artefato do poder disciplinar do que um conjunto de direitos cívicos, políticos e sociais concedidos pelo Estado ou adquiridos via pressão ao mesmo.

O Neoliberalismo como inquietação e indagações na contemporaneidade

As mudanças radicais ocorridas no campo político, ideológico e econômico, oriundas da reemergência do ideário neoliberal nos últimos 40 anos que, por sua vez, teve impactos decisivos em esfera mundial. Para analisar tais impactos, supomos ser necessário uma caracterização histórica das principais propostas político-econômicas que este ideário carrega, bem como entender como o mesmo adentra na América Latina.

Só assim entendemos ser possível verificar em que medida o processo de globalização¹ serviu como um difusor privilegiado (simultâneo e sincrônico) dos ideários neoliberais por diversos países.

O nascimento da economia política clássica e a afirmação do liberalismo como uma forma teórica e de vislumbre prático que permita a sintonia para a transformação econômica das nações, definindo as fronteiras de interconexão político-institucional com as funções do Estado, demarca um momento histórico impar do capitalismo (na intensidade da acumulação) que é a base para uma “renascença” nos tempos atuais.

A economia política clássica enquanto um campo do saber destinado ao entendimento de um novo modo de produção e organização das economias, dos mercados (vida comercial) e das trocas incipientes com o surgimento do capitalismo decorre de três elementos históricos favoráveis: as raízes filosóficas em que se assenta; as questões correntes da vida comercial e o liberalismo político, (Coutinho, 1993).

O primeiro elemento – marcado pelo Racionalismo e pelo Iluminismo – é um desdobramento das especulações filosóficas, tendo (ou sentindo) a influência do desenvolvimento das ciências naturais e o impacto que essas engendraram sobre o conhecimento humano em geral, a observação sistemática e a experimentação para o entendimento da natureza e do corpo humano. As analogias mecânicas e fisiológicas desdobraram-se, daí, para a economia. Estas são apenas algumas das transposições das ditas ciências naturais à compreensão dos fenômenos sociais e humanos.

Embora tal analogia pareça, atualmente, um redirecionamento científico, é de se reconhecer que a transformação do cosmos humano em objeto de investigação sistemática não foi algo restrito à economia, mas também, um movimento que atingiu a filosofia política e a moral, incitando apenas modificações no quadro social vigente. Na filosofia do direito, por exemplo, tal movimento foi caracterizado pelo *jusnaturalismo*.

O *jusnaturalismo* poderia ser sintetizado como o primado da razão, ou seja, “*uma construção de uma ética racional separada definitivamente da teologia e capaz, por si mesma, precisamente porque fundada finalmente numa análise e numa crítica racional dos fundamentos, de garantir a universalidade dos princípios da conduta humana*” (Coutinho, 1993:24). É por meio dos debates contidos no *jusnaturalismo* que se fundamenta a concepção de formação de uma sociedade

¹ A globalização, aqui entendida como um conceito sociológico determinado historicamente. Para tal, trabalharemos com diversos autores dentro das ciências sociais que despenderam e/ou ainda estão despendendo esforços no sentido de compreender tal conceito.

política, do Estado e a legitimidade do poder na contraposição entre sociedade civil e estado de natureza.

Neste período histórico (séculos XVII e XVIII), pode-se afirmar que a noção expressa de *mercado* não está somente ligada aos fatores técnicos, mas sim se remetendo a toda uma problemática de formulação implícita de toda uma outra regulação social e política, incitando o desenvolvimento mais acentuado das forças produtivas. A ascensão social e econômica da burguesia também é uma circunstância propícia à reivindicação de emancipação da atividade econômica em relação à moral. Com isto, verifica-se que há tentativas de respostas e resoluções de problemas não solucionados pelos teóricos políticos do contrato social (Rosanvallon, 2002).

A economia clássica, nascida na mesma época e cujo expoente foi Adam Smith, apresentar-se-ia intimamente ligada a preceitos do liberalismo clássico e da filosofia jusnaturalista, a saber:

...Smith extraiu do jusnaturalismo uma especulação particular sobre o fazer material do homem, englobando tanto o apelo à razão e a inspiração nas descobertas newtonianas, quanto o afastamento da órbita do Estado, em contraposição ao conhecimento administrativo e cameralista característico do mercantilismo, assim como a atenção aos problemas correntes dos preços, câmbio e moeda, enfim, ele reuniu os fios antes dispersos da cena material e cultural do capitalismo nascente (Coutinho, 1993:98).

As proposições de Smith, em *“A Riqueza das Nações”* pretendiam buscar legitimidade social e político-econômica à defesa do liberalismo econômico e garantir o ambiente de livre concorrência entre os capitais. Qualquer determinante da política econômica nacional que venha a impedir a livre concorrência deve ser refutado.

Smith visava com esta obra, o entendimento acerca de quais fatores determinariam o aumento das riquezas das nações. Neste sentido o autor tanto rompe com uma explicação centrada na circulação propostas pelos mercantilistas como também, determinado pelo setor da produção (a agricultura) como elencado pelos fisiocratas para propor uma teoria econômica centrada em aspectos sociais da produção, ou seja, a

riqueza das nações se assentaria nos fundamentos do próprio trabalho dos homens² (Smith, 1998).

Apresentando-se tal postulado como uma ciência objetiva da riqueza material, ou seja, um campo de conciliação entre a busca individual de benefício e a opulência da sociedade e do Estado.

(...) afirma Adam Smith em 1786, que sem intervenção alguma da lei os interesses privados e as paixões dos homens conduzem-nos naturalmente a dividir e a repartir o capital de cada sociedade entre os diferentes empregos que se lhes apresentam, da forma mais próxima possível do que está mais de acordo com o interesse da sociedade como um todo (Passet, 2002:53).

Assim, quando os indivíduos buscavam as oportunidades de investimentos mais rentáveis para si é porque essas seriam, também, as mais produtivas para a coletividade. O indivíduo seria conduzido por uma “*mão invisível*” que visaria promover um resultado que embora não estava no seu afã de intenção, levaria a nação em direção à riqueza e à prosperidade.

A partir das proposições supra, há indícios de que ao teorizar sobre esta nova relação de troca existente entre os indivíduos, cuja primazia do mercado é evidente, nos remete a uma exposição assentada no discurso de que seria somente por meio da “*mão Invisível*”, ou seja, a neutralidade por excelência. Na ideia de ausência de intencionalidade voltada ao *Bem Estar Social*, mas sim um resultado de ações individualizadas que o gerariam por via de consequência, se instauraria um modo de regulação abstrata, porém, detentor de ‘leis’ *objetivas* no âmbito das relações entre os indivíduos embora não prescrevessem qualquer relação de subordinação ou de comando (Rosanvallon, 2002).

O segundo elemento, caracterizado pelas questões práticas da vida econômica, ou seja, o comércio e os negócios do dia a dia, também estiveram estritamente ligados por meio dos nexos entre pensamento econômico e vida comercial cotidiana à filosofia e a teoria econômica. Eram homens de negócios dispostos a apreender e a empregar os conhecimentos adquiridos na prática comercial bem como na defesa de uma política

² A concepção de trabalho para Smith está intimamente associada a noção de liberdade individual, centrando-se com isto em questões objetivamente humanas e sociais do trabalho marcado por uma maior ou menor *divisão do trabalho*.

econômica mais abrangente (Coutinho, 1993). Alguns dos representantes são: Child, Barbon, Petty e Mun dentre outros³.

Por fim, o terceiro elemento foi o Liberalismo político associado à economia política clássica e ao liberalismo na práxis econômica dos agentes comerciais da época. Ele não apenas adiciona um “*olhar*” ideológico as primeiras, como também se apresenta como parte institucional fundante para as mesmas. Um de seus pressupostos básicos foi à constituição de normas que permitiam o funcionamento dessa nova ordem econômica, ou seja, a mesma não se instauraria a revelia da intenção do Estado⁴.

O liberalismo econômico extrapola a visão reducionista das sociedades mercantis precedentes ao passar para uma lógica da ação individual baseada nos instintos, paixões e no cálculo da acumulação, diferenciando-se de éticas/rituais prevalentes na Idade Média (como as oficinas, seus mestres e aprendizes constituindo obras primas) e gerou o imperativo da ação econômica que por sua vez não se fez “obras primas”, mas sim mercadorias (e o valor contido no seu processo de produção) e procurou-se otimizar a produção das mesmas.

A noção de sistemas de propriedade privada permanece desde que, à arte, prevalecesse o ganho monetário (ilustrativo disso, o burguês/mecenas que faz-se retratar telas contando o dinheiro poupado).

É sobre tal impulso que a economia política clássica se legitima como uma forma ‘científica’ (adequada) para se refletir sobre uma realidade material e econômica em transformação, cujo fim prioritário é o tratamento da riqueza privada e da consideração da sociedade como uma entidade com necessidades mutáveis e crescentes, voltadas à obtenção de conforto material e satisfação espiritual.

Este processo de “naturalização” das relações econômicas por meio das lógicas supra, onde aparecem “externalidades”, e “naturalidades” que são acrescidas de variáveis históricas, políticas e institucionais cujos resultados são diversos do Bem Estar Social, quando o mercado mostra o seu “*pé invisível*” (Hunt e Sherman, 1978). Uma nova

³ “Vários desses pensadores tiveram formação médica em função da medicina no século XVII ser uma das poucas áreas de vanguarda na ciência experimental admitida no meio universitário e com isso atraía mentes inquietas e sequiosas de inovação e desejos de obter formação acadêmica e acesso a um meio de vida confortável”, citamos alguns “médicos-economistas (locke, Petty, Quesnay) que por solicitação da clientela aristocrática viraram conselheiros em saúde e em questões econômicas”. (Coutinho, 1993:27)

⁴ Estado entendido como elemento denotativo da sociabilidade civil, política e social.

explicação teórica tem que ser acrescida de uma compreensão das ciências naturais de estabelecerem leis gerais nas quais as “coisas do universo” estariam sujeitas à “harmonia” e/ou “equilíbrio”. Nesse sentido, surge a economia neoclássica, tendo dentre outros, o inglês Stanley Jevons e o francês Leon Walras como seus principais expoentes.

Jevons, pela definição da economia como sendo a “*mecânica da utilidade e do interesse individual*”; Walras, pela conexão de que o mercado seria organizado e equilibrado por indivíduos que contribuiriam de maneira autônoma, é indicado tanto no processo de formação de ofertas quanto de demandas globais, ou seja, teriam como resultado um sistema de “*concorrência pura e perfeita*” cujo ajuste natural das relações atomísticas existentes entre os indivíduos corroborariam para um ajuste no mercado que por sua vez iria determinar uma situação de retorno ao “*equilíbrio geral*” que se impõem a todos e sobre cada um (Passet, 2002).

Segundo tais proposições, uma vez que as leis econômicas “naturais” faltassem, o Estado deveria esforçar-se para preservá-las. Ao pensar a existência de leis naturais em associação ao entendimento de um Estado indissociável das sociedades políticas, pode-se deduzir que o Estado circunstancialmente passaria, portanto, a ser visto como forma institucional mantenedora das condições de liberdade e progresso; porém, nunca podendo legislar contra os interesses do mercado e, por conseguinte, contra as liberdades individuais dos capitalistas. Nesta perspectiva, tanto a noção de um Estado representativo quanto à de mercado seriam os fatores essenciais para garantia da liberdade dos indivíduos e ao mesmo tempo também se emancipariam dos poderes pessoais, pois estariam assentados sob duas condições impessoais.

Para Jevons e Walras, o Estado teria a função de encontrar e propor uma “rede de proteção” que se orientasse para o retorno do “equilíbrio” até que as leis naturais pudessem operar sem tal respaldo. O livre mercado, a liberdade, a propriedade privada e a vida são fatores fundamentais que o Estado deveria garantir⁵.

O exercício da liberdade proposta pelos teóricos neoclássicos, em corroboração aos liberais clássicos, supõe certas condições (objetivas e subjetivas), sem as quais ele se

⁵ Essas garantias devem ser efetuadas pela pouca ou nula presença do Estado na economia, pelo direito de liberdade tanto no que se refere aos aspectos da economia como da política e/ou em outras instâncias das relações humanas e a propriedade privada ao deixar que o próprio mercado se regule segundo suas leis naturais e inerentes ao seu modo de organização.

realizaria em um nível precarizado e mínimo, que por sua vez, acabaria por perder sua “efetividade humanizadora” (Mance,1995).

Na garantia da propriedade privada e da liberdade dos homens (principalmente dos capitalistas), seriam os direitos naturais que deveriam ser garantidos a qualquer custo pelo Estado mesmo em circunstâncias adversas. Enquanto aos liberais clássicos o papel do Estado está fundado na defesa nacional (donde perpassam as trocas internacionais) e na produção da moeda, os neoclássicos trazem, à tona novas concepções de “deveres” estatais, dentre as quais, a instauração de políticas de subsídios no caso de perda de competitividade intersetorial circunstancial, como por exemplo, na extração do aço, alumínio dentre outros.

As propostas neoliberais da II Revolução Industrial visam dar respostas principalmente à Grande Depressão do final da década de 20, tendo Keynes como seu principal sucessor. Mesmo Keynes estando no respaldo dos preceitos fundamentais do capitalismo, quais sejam, estratégias para manutenção da propriedade privada e acumulação do capital, ou seja, a busca do *status quo* do neoliberalismo, o mesmo é fundamentado na superação dos preceitos econômicas e sociais por uma proposição no qual se assenta a posteriori o *Welfare State*.

O quadro histórico de surgimento do *Welfare State* emergiu basicamente de três grandes fatos, a saber: primeiramente, pela Grande Depressão, uma derrocada das fortes economias baseadas no livre mercado; em segundo, a economia soviética experimentava certo sucesso num modelo centralizado e planejado de controle direto do Estado sobre a economia e a política, engendrando um processo de industrialização relativamente bem sucedido e, por último, porém não com menor importância, o processo de ascensão de regimes fascistas e nazistas centrados radicalmente contra o liberalismo econômico⁶.

O Keynesianismo que o orientou, emergiu como uma alternativa tanto a “ameaça” socialista, quanto para o nazi-facismo e ao mesmo tempo visava dar uma resposta às crises econômicas do liberalismo da época. O *Welfare State* foi uma forma histórica de reconciliação entre a economia de mercado, isto é, com a afirmação dos princípios da acumulação e da propriedade privada, com a Democracia que faltou ao socialismo real bem como também aos regimes nazi-facistas, enfim, autoritários e/ou totalitários. O mercado enquanto agente autoregulador tenderá a proporcionar a

⁶ Esses regimes apresentaram num primeiro momento um “sucesso” relativo na contenção da crise.

desigualdade entre os indivíduos. Porém, as instituições democráticas irão parear todos os indivíduos, do ponto de vista político todos os indivíduos são considerados cidadãos e, por meio da cidadania são iguais, Marcus André (1997).

São três os princípios fundamentais do Welfare State, quais sejam: a seguridade social (é um amparo ao trabalhador caso ocorra algum imprevisto, e ele perca temporária ou definitivamente sua capacidade de gerar renda); a ampliação das oportunidades de emprego e renda – garantia do pleno emprego –, o que geraria a chamada Demanda Efetiva e, por fim, a ampliação das políticas sociais, enfim, políticas redistributivas e compensatórias, que tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais.

Estes três princípios somados deveriam instituir a chamada “cidadania social” o que, para Marshall, se expressaria nos direitos adquiridos e corresponderia a um padrão social mínimo que o Estado Moderno deveria assegurar aos seus cidadãos. A “cidadania social” seria o princípio ético, por assim dizer, e organizador do Welfare State, o que, em termos institucionais implicaria em grande integração de interesses entre atores coletivos, tais como as burocracias públicas, os trabalhadores organizados em sindicatos, os partidos políticos fortes e os detentores do capital, colocando desta forma em diálogo o Estado, o capital e os trabalhadores, sendo este o principal tripé de sustentação e debate do Welfare State (Claus Offe, 1984).

O Welfare State pode ser entendido dentro de uma perspectiva de esfera pública donde, a partir de regras universais e pactuadas de diversas formas, passou-se a ser encarado como um pressuposto fundamental ao financiamento da acumulação do capital por um lado e, por outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo-se com isto, globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (Oliveira, 1998).

Durante praticamente 50 anos, o Welfare State, reinou com suprema hegemonia. Porém, em meados da década de 70, começaram a aparecer alguns sinais que demonstravam certa exaustão do mesmo. A nova onda de recessão econômica e de desaceleração do crescimento se juntava com a crise fiscal vivenciada pelos Estados. Com isso, há terreno para a re-emergência de novos teóricos radicados nas correntes liberais que reivindicariam para si o liberalismo econômico como a “única” alternativa para o Estado superar a crise instaurada praticamente em todo o mundo.

É este novo (velho) ideário liberalizante que surge como a (única) solução a crise econômica. Daí, a ascensão teórica de um monetarismo como sendo a nova face dos neoclássicos.

Este monetarismo se contrapõe diretamente à tendência anterior, prevalecente entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 70, de aumento progressivo da intervenção governamental nas economias capitalistas, como resultado da adoção de políticas econômicas keynesianas e de políticas sociais voltadas para a socialização do consumo e o pleno emprego, consubstanciadas no chamado Estado de Bem Estar Social (Welfare State). Tanto Hayek⁷ como Friedman⁸ associaram o mercado à liberdade, e o Estado à coerção e é com base nessas associações que vão refletir e produzir suas respectivas teorias.

Embora reconheçam que o investimento público possa gerar benefícios macroeconômicos em conjunturas recessivas cíclicas, para ambos a tendência de longo prazo do crescimento da regulamentação e da intervenção do Estado sobre a atividade econômica poderia causar o aumento progressivo da carga tributária, o incremento do déficit público, a inflação e a desaceleração econômica, todos deletérios à plena acumulação.

Os monetaristas, corrente com forte viés neoclássico, irão defender o retorno do livre mercado dentro de um sistema de “*liberdades naturais*”, mais uma vez retomando muitas das concepções da economia política de Smith e da ortodoxia econômica de Walras. Para os mesmos, o Estado teria a função de árbitro e não de jogador, ainda assim devendo garantir e assegurar as regras do jogo, uma vez em que essas não poderiam ficar sob tutela dos indivíduos no livre mercado sob trocas cada vez mais multilaterais e transnacionalizadas.

Numa proposição mais *strictu*, Friedman trata de três obrigações básicas e essenciais para o “bom funcionamento” das “liberdades naturais” e eficácia econômica dos governos (representantes burocráticos do Estado), quais sejam:

a) proteger a sociedade da violência ou possibilidades de invasão de outras sociedades independentes;

⁷ Autor de “O Caminho da Servidão”, escrito em 1944 cuja proposição foi de ataque frontal e apaixonado a qualquer limitação aos mecanismos de mercado por parte do Estado, cuja argumentação central assentou-se como uma ameaça letal à liberdade econômica e política dos indivíduos.

⁸ Foi o Prêmio Nobel de Economia em 1976 e é tido como um dos idealizadores das proposições econômicas denominadas de Monetarismo.

- b) garantir a coesão interna e;
- c) realizar e conservar algumas obras públicas que, sendo essenciais para a garantia de uma melhoria na qualidade de vida da população, não seriam atrativos de investimentos diretos.

Milton Friedman e Friedrich Hayek são apenas alguns dos representantes que chamaram para si a responsabilidade e reivindicação do liberalismo econômico. Perante tal feito, eles introduzem novamente no cenário intelectual/acadêmico e prático na crença da existência de uma “mão invisível” que exerceria a regulação das ações dos homens e a busca constante de equilíbrio no mercado.

Ao repensar o livre mercado, Friedman desenvolve uma concepção dualista e a princípio contraditória entre fatores políticos (presentes na noção de Estado) e fatores extrapolíticos (presentes na noção de Mercado). Friedman desenvolve esta teoria no decorrer de sua carreira intelectual, porém, podemos evidenciar essas proposições em ‘Liberdade de escolher’ e ‘Capitalismo e liberdade’, ambos os textos clássicos do autor.

Hayek também é um defensor dos preceitos liberais de funcionamento da economia e da política dentro de mecanismos de mercado. As reverberações de Hayek têm como alvo imediato e inicial a crítica ao Partido Trabalhista inglês que iria disputar as eleições gerais em 1945 sob a égide social democrata. Para Hayek a Social Democracia mesmo sendo portadora de boas intenções acabaria por engendrar historicamente o mesmo desastre que o nazismo alemão, ou seja, seria uma espécie de servidão moderna (Anderson, 1995).

Tanto para Friedman quanto para Hayek, um dos principais pilares de sustentação do ideário neoliberal seria a noção de liberdade e de mercado. A primeira, por ser uma característica inerente e essencial que deveria ser garantida a todos os indivíduos e, a segunda, por ser o espaço natural pelas quais as liberdades individuais ocorreriam e tenderiam para o equilíbrio. Para que essas duas características sejam realmente efetivadas o Estado não deveria influenciar e nem intervir no jogo de mercado.

Tais ideias não tiveram influência marcante sobre os governos de países capitalistas antes das manifestações crônicas de crise do modelo keynesiano de Estado de Bem-Estar Social, que começou a se manifestar em meados da década de 70, sendo potencializadas pelo segundo choque do petróleo. A crise, segundo a perspectiva de

agências multilaterais, tal como o FMI, seria fruto do poder excessivo dos sindicatos, que pressionariam por gastos sociais crescentes por parte do Estado, e aumento da tributação sobre o capital privado, ambos os fatos vistos como geradores de inflação e de baixo crescimento econômico.

Esse “novo” paradigma começava a se formar e firmar-se politicamente na década 80, com os governos “neoconservadores” de Reagan, nos EUA, e, sobretudo, o de Margareth Thatcher, na Inglaterra. Trataram ambos de ampliarem a efetivação das proposições neoliberais com uma política ativa de combate ao poder dos sindicatos (através de reformas na legislação sindical e trabalhista), gerando a chamada "flexibilização" dos mercados e do contrato de trabalho, e a renúncia ao ideário de pleno emprego⁹, que antes, era central no pensamento Keynesiano.

A partir dos primeiros efeitos – vistos como exitosos – de tais governos, os mesmos passaram a ser tidos como marcos na implementação das políticas neoliberais em outros países, como, por exemplo, na América Latina com relativo destaque ao caso da Argentina. Pode-se datar historicamente uma experiência incipiente de tais políticas econômicas já na década de 70 com o governo de Pinochet no Chile, ainda sob um regime autoritário.

O relativo sucesso econômico que também começaram a se apresentar nesses países sul-americanos sob os auspícios de organizações multilaterais e em resposta a crise fiscal do Estado contribuiu para que o mesmo se propagasse, por exemplo, para o Brasil na era Collor (1990/92).

Nesse governo começaram-se reformas que impuseram a desregulamentação e a privatização de setores, todos, até então, como estratégicos para a soberania econômica nacional (como siderurgia, energia, telecomunicações, aço, dentre outros). Abriu-se canais de investimentos que permitiram a quebra ou a "flexibilização" de antigos monopólios estatais, a desverticalização e descentralização gerencial, a eliminação de subsídios e a liberalização da política tarifária. De tais medidas, mais visíveis na era do governo Fernando Henrique Cardoso, teve-se como resultado, dentre outros:

⁹ Para Anderson (1995), o governo Thatcher foi não somente o pioneiro, como também o mais puramente alinhado com o movimento neoliberal, enquanto o governo Reagan, apesar de cortarem impostos e benefícios, manteve a linha keynesiana ao ampliar os gastos públicos com investimentos pesados na área militar, ainda sob os auspícios da guerra fria.

- a) o aumento do investimento externo na produção ligado à transferências de capital não apenas para o aumento da capacidade produtiva ou melhorias na qualidade dos serviços, mas para obtenção do controle acionário em empresas, porém mistas;
- b) a elevação nas tarifas dos serviços públicos que se privatizaram;
- c) o desinvestimento nas áreas de menor rentabilidade, por falta de interesse privado e desengajamento do Estado, isto é, uma rede de proteção social subordinado aos ditames do mercado;
- d) a estruturação complexa, mas não integrada, no que concerne a legislação específica de tais setores, incluindo as agências de regulação sugeridas.

A “liberalização da economia”, com a modernização e abertura maior do setor financeiro e a privatização de setores produtivos dantes tidos como estratégicos, dentre outros, coincidiram com o anúncio de uma nova política de diminuição do gasto público para o equilíbrio do orçamento e/ou para destinação do pagamento dos serviços da dívida. Ao longo desse *paper*, veremos que tal afã ou resultado não foi alcançado como pretendido. Pelo contrário, os déficits internos e externos elevaram-se de forma (ora entendido pelos especialistas) como quase insustentáveis, isto é, a um prenunciado de séria crise econômica (Casanova, 1997).

O Neoliberalismo, nessa nova forma com que aparece, apresenta a fábula do “*único caminho possível*” para a história econômica acontecer (não para menos, Fukuyama falara acerca do “Fim da História”) e, no entanto, não se deve perder de vista que o neoliberalismo e o processo de globalização (como o veiculado pelos discursos hegemônicos) seriam partes constituintes dessa mesma “fábula”.

Globalização e ações Neoliberais no final do século XX

Mesmo admitindo-se que exista uma espécie de economia-mundo desde o século XVI, é inegável por qualquer cientista/pesquisar das mais diversas matrizes teóricas de que os processos de globalização se intensificaram muito nas últimas décadas. Por mais que esta espécie de economia-mundo possa ser datada, por mais que de forma embrionária, há vários anos, em nenhum momento da história ela cresceu e se intensificou da forma apresentada a partir do pós-guerra e incisivamente nos últimos vinte anos em todo o globo terrestre.

Muitos são os traços e as evidências que podemos enumerar, sobretudo nas últimas duas décadas, sobre esta nova configuração da economia em esfera global e também para outros conjuntos de relações que perpassam pelo cultural, político e até espiritual. Um dos traços marcantes, por exemplo, “*é a deslocação¹⁰ da produção mundial para a Ásia consolidando-se esta como uma das grandes regiões do sistema mundial*” (Sousa Santos, 1997). E como toda região produtora também é constituída por um centro (Japão), por uma região intermediária, ou semiperiferia (Correia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e por uma periferia (os demais países da Ásia). Outro traço marcante desta nova configuração global da economia é o processo de primazia total das empresas multinacionais como agentes do “*mercado global*”.

A Globalização como conceito sociológico e/ou categoria utilizada pelas ciências sociais para entendimento dos novos processos e formas de organização das relações sociais em esfera mundial, é muito recente. Pode ser datada nos anos 80 e 90, Como prática, evidencia transformações e metamorfoses intensas no pós-guerra frio¹¹.

Explorando um pouco mais as questões referentes aos desenvolvimentos tecnológicos, Castells (1999) vai afirmar que este processo de globalização baseado num paradigma econômico-tecnológico da informação marca simultaneamente um novo formato da organização social e também requer novas práticas sociais. Neste sentido, os Estados passam a se organizar a partir do Estado-Rede, ou seja, por uma redefinição dos padrões de solidariedade e de difusão do trabalho segundo um padrão complexo de redes interligadas. Com isto, o capital funciona globalmente como uma unidade em tempo real, e é percebido, investido e acumulado, principalmente na esfera da circulação (capital financeiro), o que passa a exigir novas formas de organização do Estado. (Castells, 1999:499).

Estado-Rede se caracteriza por uma redefinição do Estado-Nação, principalmente por compartilhar a autoridade, ou seja, redefinir a capacidade institucional

¹⁰ Um dos principais fatores para este deslocamento são as condições objetivas de alto teor tecnológico e científico da produção.

¹¹ Isso não quer dizer que a Globalização como um processo histórico-estrutural passou a existir apenas após a segunda guerra mundial. Esse processo de integração econômica e cultural em esfera global tem sido um fator preponderante em todo o século XX, porém alguns marcos merecem destaque, um deles é o já mencionado no texto supra e o outro para nos atermos a apenas dois destes momentos é o fim da Guerra Fria com a dissolução do bloco soviético e a intensificação e extensão do desenvolvimento capitalista.

de impor uma decisão via novas instituições, por um lado e, por outro pela extinção de um centro e pela presença dos nós de interconexão. Gerando com isto uma maior adequação para processar a complexidade crescente de relações entre o global, o nacional e o local, a economia, a sociedade e a política, na era da informação, (Castells, 1999: 164).

A noção de Rede para Castells (1999) é definida a partir de um conjunto de nós interconectados, onde, por meio de Redes globalizadas os Estados têm apresentado que à distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente, ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem a mesma rede (Castells, 1999:498).

Pode-se afirmar que tal processo foi por parte do Estado, iniciado no final dos anos 1970, com o advento do “Thatcherismo” na Inglaterra (mudança radical na orientação político-econômica) e início dos anos 80 com o “Reaganismo” nos Estados Unidos como já salientado anteriormente neste *paper*.

A partir desses, muitos outros (Khol, em 1982, na Alemanha, e Schluter em 1983, na Dinamarca, dentre outros) também começaram a rever o papel do Estado na economia e, conseqüentemente, começaram a redefinir o tipo de relações existentes entre o mesmo e o Capital, ou seja, iniciou-se um processo de nova (e mais flexível) demarcação do que competia aos investimentos públicos ao que poderia vir a competir os investimentos privados.

A globalização constitui-se num fenômeno amplo de padronização de valores, de costumes e de consumo em esfera mundial; porém, o dinamismo da mesma não tem resultado em equidade político-econômica e nem cultural, engendrando, com isso, o que Ianni (1997) denominou *de produção e reprodução socialmente contraditória, desigual e combinada do capital* e dos valores culturais e espirituais em esfera global.

La dinámica del proceso de globalización está determinada, en gran medida, por el carácter desigual de los actores participantes. En su evolución ejercen una influencia preponderante los gobiernos de los países desarrollados, así como las empresas transnacionales, y en una medida mucho menor los gobiernos de los países en desarrollo y las organizaciones de la sociedad civil (CEPAL, 2002).

Nesta concepção de trocas, fixos e fluxos, o Estado submete-se aos interesses transnacionais, sejam eles produtivos ou especulativos, de maneira mais efetiva em nome da dita “modernização do país”.

Santos (1998) vê dentro de uma abordagem sistêmica, a intensificação do capital em um determinado espaço, artificializando as relações sociais e excluindo mais do que incluindo populações vulneráveis, sendo necessário, com isto, incorporar na análise crítica acerca da globalização a compreensão da idéia de conflito e das relações sociais como necessidades e suficiências diferenciadas e subjugadas nos processos de interações.

Esse processo foi marcado historicamente pela base territorial como o espaço no qual o homem se insere ao mesmo tempo de forma harmoniosa e conflituosa com a natureza. Nesse sentido, o longínquo e o próximo, o mundial e o local passariam a compor a nova redefinição das relações sociais de subordinação e/ou hegemonia no espaço e no tempo (Santos, 1998).

Santos (1998), ainda nos traz a contribuição, para este debate, de analisar o como o sistema mundial contemporâneo se relaciona a partir da alteração/substituição da natureza histórica pela natureza espetáculo, ou seja, a cibernética sintética substituindo a compreensão social analítica, ocultando o significado da história. Essa artificialização nas relações sociais com a natureza presente na modernidade em esfera global é denominada pelo mesmo como *meio técnico-científico* e pode ser vista de duas formas, a saber: a *tecnoesfera*, que artificializa o meio ambiente, substituindo a esfera natural pela esfera das técnicas na cidade e no campo; e a *psicoesfera*, que é resultado de crenças que engendram relações interpessoais em comunhão com o universo simbólico regido pela modernidade.

Ambos os conceitos são essenciais na compreensão da globalização, cuja paisagem natural, assim como a própria reapropriação do homem no espaço urbano e rural, se dá por um processo de artificialização das relações sociais, super valorizando os espetáculos advindos da mídia e do próprio cotidiano das pessoas e sub valorizando, ao mesmo tempo, as peculiaridades sócio-culturais que são marcas identificadoras de certos povos e nações, além de intensificar os constantes processos de exclusão de segmentos de trabalhadores do mundo do trabalho.

Percebe-se que as alterações ocorridas na modernidade pela globalização trouxeram mudanças significativas e ainda continuam trazendo para as relações sociais e

para a natureza, criando um meio pelo qual ocorre constantemente a busca de hegemonia e padronização cultural.

Refletir sobre um mundo globalizado marcado pelas fabulações como seu espírito e fundamentado na informação como seu império é o que Santos (2000) visa acenar ao evidenciar que, num único processo histórico (ora contemporâneo) há a coexistência de três mundos possíveis em um só; o primeiro, seria o da aparência que nos levam a vê-lo como uma fábula que tomou forma de “verdades”, embora sejam inúmeras fantasias, que dado à repetição (mais midiática do que efetiva nas nações do mundo) se solidifica nas representações simbólicas, como nos rituais lingüísticos de “*grande aldeia*”, sob domínio do inglês e sua fluência.

O segundo, seria o mundo tal como é materialmente dado, isto é, as grandes disparidades engendradas pela globalização representada nos aspectos de perda da qualidade de vida e aumento da pobreza; por fim, temos o terceiro, o mundo com seu potencial, ou seja, a globalização possível ou uma outra globalização condicionada ao assentamento de outros paradigmas econômicos, político-institucionais e éticos lastreados por uma autêntica cultura de paz (Santos, 2000).

Pensar de maneira integrada à técnica e à política foi a tarefa de Santos (1999), nos demonstrando, na verdade, que esses dois processos nunca estiveram separados: “(...) as técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso (...)” (Santos, 1999:42).

Embora Ianni (1997) parta de uma metodologia sociológica que é crítica às análises sistêmicas para compreensão dos novos reordenamentos das sociedades globais e Santos, ao contrário, se apóia, através da geografia humana, justamente em tais análises, ambos acabam apresentando “olhares” críticos sobre a globalização, isto é, há, entre ambos o consenso de compreender a globalização como sendo um processo de artificialização e padronização dos valores da cultura, em esfera global, diferenciadas para a ampliação do consumo (conforme a renda) e como um grande espetáculo para todos, em todos os lugares do planeta.

Por outro lado, a globalização também é marcada por um conjunto de relações a serem feitas entre diversos atores globais e muitas dessas relações também se dão entre atores portadores de grandes diferenças de poder para negociarem. A este respeito pode-

se evidenciar que a relação entre partes tão desiguais – atores globais por um lado, atores nacionais e/ou subnacionais por outro – só poderiam engendrar uma negociação desigual na sua produção e reprodução social (Sousa Santos, 1997). “O que este processo suscita do ponto de vista analítica é a necessidade de pensarmos globalmente as transformações sociais, sem contudo, perdermos de vista as especificidades locais e nacionais com que se articulam” (Sousa Santos, 1997:308).

Uma das principais contradições no que concerne a exacerbação das diferenças neste processo de globalização talvez ainda seja as diferenças entre os países do Norte e os países do Sul. Neste sentido o programa da Nova Ordem Econômica Internacional lançado pela ONU em 1975, visava buscar uma maior solidariedade entre o Norte e o Sul, porém, os resultados não foram os esperados, sobretudo depois que os países do Norte (ou desenvolvidos) conseguiram reciclar os excedentes de petrodólares e por conseguinte, absorver a ameaça que inicialmente lhes pôs a OPEP. A chegada de governos conservadores ao poder nos EUA, na Inglaterra e na Alemanha contribuíram para exacerbar este processo, reproduzindo assim, mais uma vez uma lógica de produção e reprodução do capital e das demais formas de relações sociais de forma desigual, combinada e acentuada (Sousa Santos, 1997).

Dentro da perspectiva econômica de Cano (2000), a globalização está intimamente ligada a uma orientação neoliberal¹² que traria o aumento da dependência financeira da economia nacional, antes vulnerabilizada, como no caso do Brasil, no que é corroborado por Dowbor (2000a), também com uma perspectiva crítica acerca dos acirramentos recentes e maiores entre países pobres e ricos. Para os autores, o neoliberalismo como uma orientação política reinante na década de 90, tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, é um mal distribuidor de riqueza e mal gerador de emprego.

A classe dirigente que se basearia nas formulações neoliberais, não estariam fazendo as propostas necessárias para a nação que representam mas, sim, gerando políticas para a manutenção de um status político de subalternidade (Dowbor, 2000b). O

¹² Segundo Cano (2000), o neoliberalismo dentro de uma perspectiva político econômica apresenta três aspectos, dois relacionados a economia e um relacionado a política. Ele é autoritário (político); inexistem medidas efetivas para as questões sociais (econômico) e, os direitos dos trabalhadores, decorrentes de um processo histórico tem sido desmontados, regredindo os ganhos trabalhistas dos trabalhadores através da flexibilização do trabalho (econômico). Esses aspectos políticos e econômicos tem demonstrado ser deficientes para resolver as questões sociais.

autobeneficiamento da classe dirigente é definida pelo autor como sendo portadora de uma lógica centrada nos interesses do capital, a saber: “o território nacional é o espaço para o interesse do capital globalizado ou a “mecanização do atraso”.

Todavia, o modelo reinante a partir da década de 80 acabou por engendrar atitudes econômicas intensamente especulativas, isto é, sem qualquer realização de investimentos em áreas de produção, movimentando grandes somas de capitais sem benefícios para os países que os recebia e, em pouco tempo, os via seguir mais acumulados ainda devido à políticas fiscais e cambiais (equivocadas) que os atraíam, ocasionando, como veremos mais à frente, sérias crises de planejamento de crescimento econômico e conseqüentemente de oferta de energia elétrica, por exemplo, em muitos países em desenvolvimento. Tal como o ocorrido em 2001 no Brasil, cujos efeitos ainda são sentidos hoje em dia tanto pelos cidadãos que sofreram grandes aumentos tarifários como também pelo Estado que tem despendido grandes somas de recursos (dinheiro) para não deixar o setor elétrico em caos, acabando com isto por subsidiar as empresas privadas que adentraram no setor.

Corroborando com Ianni, Cano, Dowbor e Santos, está Arruda (1997), que nos oferece a interpretação acerca do que ele denomina de “*barbárie da acumulação*” desse período, ou seja, a capacidade de aumentar a acumulação e sua respectiva concentração simultaneamente ao aumento da miséria, acirrando mais ainda as diferenças entre a miséria/pobreza e a riqueza.

Mais de oitenta por cento da população mundial vivem em condições de pré-modernidade nos países do Sul periférico, e detêm menos de 16 por cento da renda. Por outro lado, menos de vinte por cento da população planetária vivem nos países centrais, que detêm aproximadamente vinte por cento da renda. Esses são os dados da acumulação e da não distribuição da renda. Se agregarmos a essa informação a questão da transferência de lucros do Sul para o Norte, somente no caso da América do Sul, o montante de transferência é da ordem aproximada de 14 bilhões de dólares-ano. Eis o quadro da impossibilidade histórica de uma solução democrática dentro das leis do mercado capitalista, fato que aumenta a complexidade do dilema democrático (apud, Pacheco, 1997:116).

Na concepção de Gonçalves (1999) o processo de globalização no qual o mundo se inseriu em meados do século XX, apresenta como prioridade os processos econômicos que por sua vez engendram relações complexas e profundas de interdependência entre as economias nacionais e, no caso de muitos países, principalmente os emergentes, essas relações tendem a ser agravadas por uma situação de vulnerabilidade externa a que estão sujeitos.

Assim, as alterações geradas pelo processo de globalização bem como seus desdobramentos político-econômicos são inúmeros e nem sempre apresentam os desdobramentos pretendidos pelas nações que os legitimaram.

As influências do neoliberalismo (suas benesses e os danos) na América Latina têm como marco o que se convencionou a chamar de “*Consenso de Washington*”. Este foi um plano de ajustamento das economias periféricas, endossados pelo FMI e pelo BIRD para ser adotado nos países do Sul¹³ (Fiori, 1995).

A América Latina, a partir da década de 90, tornou-se bastante disponível para a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital; para o acirramento da concorrência nos mercados internacionais e para a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais, o que abrangeu também aspectos ambientais, culturais, políticos e sociais (Gonçalves, 1999).

Considerações Preliminares

O objetivo deste trabalho foi o de analisar e compreender criticamente (ainda que num primeiro esforço) os tão propalados conceitos/processos de globalização e neoliberalismo no que concerne aos seus movimentos e relações (positivas e negativas) com diversos aspectos econômicos e políticos ocorridos em esfera global, principalmente a partir da segunda metade do século XX nos países do Sul e na América Latina em particular.

A tentativa de definir o que seria esse tal Neoliberalismo não foi uma tarefa tão simples, pelo fato de ser um conceito constituído com um prefixo “neo” cuja intenção é

¹³ .- Como já exposto acima, a primeira experiência do neoliberalismo na América do Sul, se não, na própria história contemporânea foi com Pinochet no Chile a partir de 1973, cujo conjunto de medidas envolviam a desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos caracterizou o processo. Todas essas reformas se davam sobre um regime de ditadura militar, um dos mais cruéis instaurados na América Latina (apud. Pacheco, 1998).

dar um novo significado. Ao mesmo tempo também manter as similitudes com conceitos criados e verificados no passado já nos traz alguns problemas de compreensão.

Nesse sentido, preferimos, antes mesmo de definir o neoliberalismo, apresentar de forma histórica alguns dos pressupostos básicos e essenciais do liberalismo político e econômico e, a partir daí, demonstrar o que permaneceu enquanto lógica da ação e o que foi alterado. Basicamente foi possível verificar que o neoliberalismo tomou para si a proposição de reformulação das funções do Estado, resgatando a ideia de Estado Mínimo e de livre mercado, donde, de forma implícita está contida a noção de tendência ao equilíbrio. O mercado como sendo o espaço da produção e reprodução do capital sem a interferência política do Estado, ou seja, como espaço de neutralidade ou extra político por excelência.

Outro fator que acabou por ajudar a veiculação desses preceitos neoliberais foi o processo de globalização. Não que a globalização deva ser encarada como uma entidade quase que autônoma e independente, mas, sim, vista como um processo histórico de produção e reprodução do capital de forma combinada e desigual que ao mesmo tempo em que visa integrar também salienta as diferenças, sejam elas culturais, sociais, políticas, econômicas e espirituais entre os países do Norte e do Sul.

Bibliografia

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Sader, E. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARBIX, G. Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento. *Tempo Social; Ver. Sociol. USP*, São Paulo, 14 (1): 1-17, maio de 2002.

AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP, 2000.

CASANOVA, P.G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

- CASTELL, M. *Redes de Indignación y esperanza*. Alianza Editorial, 2012.
- _____. *Comunicación y Poder*. Alianza Editorial, 2009.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) *Globalización y desarrollo*. Edición de Mayo de 2002, Santiago de Chile, 2002.
- CHESNAIS, F. (coord.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo. Editora Hucitec, 1993.
- DOWBOR, L. *Da Globalização ao Poder local – a nova hierarquia dos espaços*. São Paulo em Perspectiva, 9 (3) 1995.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.
- FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1984.
- GIDDENS, A. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- _____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. RJ: Editora Record, 2000.
- HUNT E SHERMAN. *História do pensamento econômico*. Petrópolis; RJ: Vozes, 1977.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- IANNI, O. *Teoria da Globalização*. 2ºed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.
- IANNI, O. *A era do Globalismo*. 3ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

- MANCE, E.A. *Quatro Teses Sobre o Neoliberalismo*. *Revista Filosofazer*. Passo fundo, Ano 6, N.11, 1997.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- OFF, C. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PASSET, R. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- ROSANVALLON, P. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC; 2002.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. Ed. Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. 2ª ed. SP: Hucitec, 1991
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço Tempo*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- STRAUSS, Anselm. *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- TILLY, C. *Coercion, capital, and european states*, Cambridge-Oxford, Blackwell, 1994.
- WALLERSTEIN, I.. *The politics of the world-economy*. Cambridge University Press, 1984.
- VELASCO E CRUZ, S. C. Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico, *Primeira Versão*, N° 103. IFCH/UNICAMP, Março de 2002.
- ZORRILLA, R. H. *Origen y formación de la sociedad moderna: historia social de accidente*. Argentina, El Ateneo, 1988.